
Dossiê:

**O FUTURO DO
ENTENDIMENTO DE
FRONTEIRA
E DA RELAÇÃO
ENTRE OS POVOS**

ARTIGO 2

**O FUTURO DA FRONTEIRA OU AS
FRONTEIRAS DO FUTURO ?**

Por Daniel de Souza Leão Vieira

O presente texto é uma versão revisada dos meus comentários às falas dos apresentadores no **Prospecta|Recife**¹ sobre o Futuro do Entendimento de Fronteira, por ocasião da inauguração do Instituto Futuro, realizada no auditório II da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, no Recife, em 05 de maio de 2016. Ainda que de maneira breve, eu gostaria de sublinhar algumas questões trazidas pelos colegas professores, apresentadores nesta mesa. A partir delas, deixarei duas questões como proposta para um debate vindouro que, ousar afirmar, deve ser tomado como *sine qua non* para pensarmos tanto o conceito de fronteira quanto o de futuro.

Em primeiro lugar, e já respeitando a ordem das apresentações, destacarei três aspectos da fala do Prof. Marcus Costa Lima: a questão da crise no mundo contemporâneo; o debate sobre a relação entre espaço (de fronteira) e Estado; e, por fim, a centralidade da Ásia na atualidade das relações internacionais.

Antes de tudo, o Prof. Marcos Costa Lima destacou que o que tão frequentemente temos designado pela palavra “crise” é algo muito maior do que uma mera crise política brasileira. Para além do imediatismo jornalístico sobre a percepção da vida social, a “crise” atual é uma crise do próprio modo de produção capitalista, que tem incidência nos aspectos ambientais e éticos.

Uma outra faceta dessa crise global que foi destacada na fala é o fenômeno social da crise migratória, também mencionado na apresentação do Prof.

¹<https://institutofuturoufpe.wordpress.com/2016/10/19/video-primeiro-prospecta/>

LEFÈBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

Marcos Mondaini. Apesar do fato de que esse fenômeno tem sido mais visível em relação às áreas geográficas em volta do Mar Mediterrâneo, podemos afirmar que a crise migratória é geral no planeta. Segundo dados da ONU, o número de refugiados ou de pessoas desalojadas vem crescendo de uma maneira muito grande.

Daí a fala do Prof. Marcos Costa Lima sugerir que devemos pensar teoricamente a questão do próprio conceito de fronteira. Assim como a própria noção de espaço deve ser entendida em sua acepção social, tal como elaborada na sociologia de **Henri Lefebvre (1991)**, também devemos assim considerar várias outras categorias que lhe são correspondentes, como o próprio conceito de território, de região e de fronteira. Todos esses conceitos têm uma implicação muito grande para a relação com o futuro, sobretudo a partir de uma instância como a do Estado.

Ao considerarmos a dimensão geopolítica, apreendemos que os Estados ainda são os atores nesse grande jogo que são as relações internacionais. Nesse sentido, o “tabuleiro”² desse grande jogo é definido, seja em sua acepção de espaço seja em sua dimensão de fronteira, através de uma categoria social. E aqui há uma concordância com a própria fala de Mia Couto³, que destaca que a fronteira não deve ser entendida no sentido natural. E daí, do ponto de vista político, a importância da democracia. Sendo sociais, esses conceitos e significados devem surgir das nossas ágoras, dos nossos espaços de diálogo e de debate. É nesse sentido que o caráter natural que se pode dar a determinados conceitos pode levar ao mascaramento de uma lógica perversa, colonial, que é justamente o de naturalizar ilegitimamente como universais perspectivas que são particulares e específicas.

O terceiro elemento na fala do Prof. Marcos Costa Lima que julgo ser relevante é justamente o da centralidade da Ásia. Esse continente tem-se tornado um palco de atores globais cada vez mais importantes para as relações internacionais, inclusive com a América Latina. O fato de que a

² O uso da expressão “grande jogo” para designar a dinâmica geopolítica das relações internacionais ganhou notoriedade depois que foi empregada nas teorias de Brzezinski, Zbigniew. **The Grand Chessboard**. American Primacy and its Geo-strategics Imperatives. Basic Books, 1997.

³ Couto, Mia. “Repensar o Pensamento” in: <https://www.youtube.com/watch?v=ahb9bEoNZaU>.

China já passou outros países na movimentação financeira com o Brasil, por exemplo, é algo que devemos levar em consideração. E isso também apresenta implicações para a nossa produção de conhecimento na Universidade. Eis uma oportunidade histórica para que possamos conhecer mais os povos asiáticos: a história, a sociedade, a economia, o desenvolvimento, etc. Há todo um campo aí que é bastante fecundo para ser explorado, implicando toda uma política acadêmica que passe por intercâmbios entre universidades, criando oportunidades para trazer pensadores, projetos de pesquisa etc.

Em segundo lugar, cabe sublinhar algumas questões trazidas pelo Prof. Marcos Mondaini. A primeira das quais refere-se a algo que, perpassando implicitamente toda a fala do primeiro apresentador, foi trazido mais explicitamente para o discurso: uma desconstrução pós-colonial sobre os fundamentos de determinados discursos que, até então, organizaram toda uma forma de pensar as categorias de espaço e de fronteira. O Prof. Mondaini alertou para o fato de que esses discursos têm implicações sérias a esse cenário do por vir, uma vez que podem ser tomados como indicadores de que o universalismo ocidental já não constitui mais a única alternativa para enfrentar os problemas globais no futuro. Então, se precisamos pensar o futuro (e precisamos!), é interessante começarmos a ouvir outras vozes. Para isso, é preciso, então, começarmos a suspeitar de que grande parte dos fundamentos epistemológicos do saber científico passam, por exemplo, por discursos surgidos a partir de um contexto eurocêntrico e que, nesse sentido, tem sua validade apenas em relação aos valores culturais que os permitiram emergir historicamente. Não se trata de dar as costas à toda a racionalidade, mas, de começar a pensar uma epistemologia que seja mais plural do que a racionalidade ocidental.

É nesse sentido que o Prof. Mondaini traz à tona provocações sobre a urgência de reformular nossa própria maneira de olhar para determinados fenômenos contemporâneos. Fico pensando num exemplo como o da “guerra ao terror”. O que é a guerra ao terror senão um conjunto de ações que visam o estabelecimento de estratégias geopolíticas que são colocadas assim como universais? Ao reconhecer o terrorismo como uma ameaça ao Estado e à sociedade, por conta do uso da violência, é claro que devemos considerá-lo como algo que deve ser combatido. Mas, por outro lado, temos que entender que o combate ao terrorismo, tomado ideologicamente como algo em si

DANOWSKI, Débora;
CASTRO, Eduardo Viveiros de.
Há mundo por vir? Ensaio
sobre os medos e os fins.
Florianópolis: Desterro / Cultura
e Barbárie / Instituto
Socioambiental, 2014.

ECO, Umberto; MARTINI,
Carlo Maria. **Em que crêem os
que não crêem?** Rio de Janeiro:
Record, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro
Passado.** Contribuição à
semântica dos tempos históricos.
Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.
da PUC-Rio, 2006.

HARPEN, Paul. **Countdown to
Apocalypse.** A scientific exploration
of the end of the world. Cambridge,
MA: Perseus Publishing, 1998.

BROWN, David Jay.
**Conversations on the edge of
Apocalypse.** Contemplating the
future with Noam Chomsky, George
Carlin, Deepak Chopra, Rupert
Sheldrake, and Others. New York:
Palgrave McMillian, 2005;

HIMMELFARB, Martha. **The
apocalypse: a brief history.** Oxford:
Blackwell Publishers, 2010

mesmo, não pode se constituir em uma bandeira supostamente neutra, uma vez que o combate ao terrorismo pode ser usado a fim de perseguir outros objetivos geopolíticos que não estariam delineados explicitamente no discurso. Por exemplo, ao considerarmos as guerras que o Ocidente tem levado a cabo no Oriente Médio, pelo menos desde a década de 2000, devemos falar de guerras ao terror ou de guerras por petróleo?

É a partir da crítica que desconstrói a pretensa universalidade da noção de racionalidade no discurso ocidental que o Prof. Mondaini passa, em seguida, a inventariar justamente a emergência de outras antropologias e mesmo de outras epistemologias. Assim, a partir do caso africano, ele delineia toda uma forma que nos faz ver como poderíamos conceber outras visões de futuro (DANOWSKI, CASTRO, 2014)⁴. Ao assim proceder, ele contribui para que não fiquemos presos a uma noção naturalizada de tempo futuro, que, na verdade, não deixa de ser o desdobramento secular e moderno da nossa velha escatologia cristã (ECO e MARTINI, 1999)⁵.

É nesse sentido que começamos a perceber os limites da nossa temporalidade futura como relativa a um horizonte de expectativa ocidental, para trazer a expressão cunhada pelo historiador alemão Reinhardt KOSELLECK (2006). Horizonte de expectativa que, através do próprio desenlace da evolução da modernidade ocidental, terminou por se distanciar de seu par categórico, que é justamente o que Koselleck chamou de espaço de experiência. Então, afastado do espaço de experiência, nosso horizonte de expectativa ocidental tem-se tornado cada vez mais insuficiente para solucionar os problemas que nossa própria civilização nos impõe, como o impasse entre, de um lado, o capitalismo, e, de outro, o colapso ambiental.

⁴Podemos correlacionar o que o Prof. Mondaini referiu como outras epistemologias, relativas aos saberes africanos acerca da noção de futuro, à crítica que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro fez ao antropocentrismo a partir da noção de antropomorfismo, presente nas culturas ameríndias, e suas diferentes relações para com a “natureza” e, logo, para como o tempo histórico. (Ver: DANOWSKI, CASTRO, 2014).

⁵Umberto Eco já nos alertara, ainda em fins do século 20, para o fato de que a nova e laica obsessão pelo sentido escatológico do apocalipse sem, entretanto, vir acompanhada da respectiva crença cristã na redenção final, só tem causado um aumento da ansiedade e da angústia em meio à contemporaneidade (ECO, MARTINI, 1999). Sobre uma visão científica e histórica acerca do apocalipse, ver: HARPEN, Paul (1998); BROWN, David Jay (2005) e HIMMELFARB, Martha (2010).

Então, é olhando para as experiências das outras civilizações que poderemos construir novamente um horizonte de expectativa que se aproxime dos novos espaços de experiência.

Em terceiro lugar, sobre a fala do Prof. Paulo Henrique Martins, eu destacaria que a ênfase maior foi justamente em como podemos articular os pontos levantados anteriormente para uma discussão que concerne ao futuro da Universidade Federal de Pernambuco. Da universidade brasileira, em geral, e notadamente da nossa própria universidade. Para que nós continuemos com condições de debater sobre o futuro, é importante propor a agenda de que, nesse processo, precisamos nos manter como uma universidade cosmopolita. Sob o meu ponto de vista, não se trata de recuar a uma universidade provinciana, aceitando tacitamente cortes de verbas e a imposição de medidas antidemocráticas em meio à gestão universitária, mas é mantermo-nos com uma postura aberta, plural e combativa. Em uma palavra: cosmopolita. Isso implica em estarmos atentos e com condições para fazer o diálogo com esses novos atores globais.

Cada um desses pontos colocados pelos professores é merecedor de um debate muito mais longo e, nesse sentido, eu adoraria que o presente se dilatasse para que pudéssemos continuar discutindo essas questões (urgentes como são!) sobre o futuro. Entretanto, e à guisa de conclusão, gostaria de deixar duas questões ecoando nas nossas consciências sobre o futuro.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz.
Geopolítica e Política Exterior.
Estados Unidos, Brasil e América
do Sul. Brasília: Fundação
Alexandre de Gusmão, 2010.

A primeira é sobre a dimensão daquilo que o Prof. **Moniz Bandeira (2010)** chamou de “o Mercosul político”. Muitos analistas de mercado afirmam que o Mercosul se afastou de seus objetivos mais propriamente econômicos. E muito provavelmente já imaginam, nesse cenário que se inaugurou depois do 17 de abril, o desenlace de uma guinada da condução política do Mercosul⁶ rumo a uma atuação mais no sentido de favorecer as atividades de livre comércio. E aqui eu proporia a questão⁷ de saber como fica o futuro do

⁶ Em referência à data em que a Câmara dos Deputados Federais se reuniu em sessão plenária para votar pela admissibilidade do processo de impeachment da então Presidenta da República Federativa do Brasil, a senhora Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016.

⁷ E, de uma posição retrospectiva como a nossa hoje, vale a pena notar que o problema aqui é que essa guinada tem sido apresentada à sociedade como “não política”, quando, em verdade, ela não é outra coisa senão uma defesa política do neoliberalismo.

Mercosul nesse cenário. A ideia do Mercosul era a da criação de uma instância que conduzisse à integração dos países sul-americanos, numa superação, inclusive, da noção de fronteiras naturais, culminando tanto na construção de mecanismos multilaterais em vários níveis (como demonstra o surgimento da UNASUL) quanto na emergência de uma consciência sul-americana. Tudo isso pode vir a ser questionado caso os países do Mercosul (ainda que mantido por meio de uma pauta reduzida à gestão do livre comércio) sejam conduzidos (coercitivamente, se for preciso) a participar de um tratado como o que está se firmando agora, em 2016, e praticamente às escondidas, que é o TTIP - Transatlantic Trade and Investment Partnership. A partir do vazamento de 60% dos textos de projeto do TTIP que a Greenpeace fez, podemos levantar a questão⁸ de que a principal consequência da constituição desse acordo é que ele tornará de jus uma situação que já é praticamente de facto, ou seja, a transferência das soberanias dos estados nacionais para as grandes corporações interessadas nesse comércio transatlântico, uma vez que as regulações sobre as relações comerciais envolvendo estados e corporações serão definidas por outro acordo, o TiSA – *Trade in Services Agreement*, profundamente alicerçada numa instituição que tem privilegiado os interesses corporativos em detrimento dos estatais, o ICSID – *International Center for Solution about Investment Disputes*. Então, se perdermos essa dimensão propriamente política do debate e cairmos numa postura neoliberal de redução do escopo dos desafios unicamente à esfera financeira, como é que ficaremos em relação aos conceitos de fronteira e de futuro?

A última questão a que queria chamar a atenção aqui procura aliar o debate do Prof. Marcos Costa Lima sobre a centralidade da Ásia nas relações globais à discussão do Prof. Mondaini sobre a crítica colonial e uma possível epistemologia plural, a fim de fazer ver a importância de se construir uma ordem política mundial baseada na multipolaridade, capaz assim de se sobressair à incapacidade de interesses econômicos particulares em prover a estabilidade mundial.

O problema aqui é que o projeto de hegemonia estadunidense no século 21 tem levado ao crescente embate entre a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte - e a OCS - Organização para a Cooperação de Xangai. Já

⁸ Cf. <https://ttip-leaks.org/>.

previsto nas teorias de Zbigniew Brzezinski, o grande jogo, verdadeiro eufemismo para a conquista da heartland eurásiana, tem levado à emergência de uma política de relações internacionais baseada na unipolaridade em torno da hegemonia estadunidense⁹. Esse projeto tem solapado a possibilidade de diálogo com os diversos atores globais, dos quais notadamente a Rússia e a China¹⁰, não por acaso duas grandes nações eurásianas, e disseminado caos em pelo menos três cenários regionais, como alguns observadores vêm

⁹ Ver, por exemplo, o documento *Rebuilding America's Defenses Strategy, Forces and Resources for a New Century*, proposto pelo neo-con Robert Kagan e publicado em 2000 pelo *think tank* estadunidense PNAC – *The Project for the New American Century*, antes ainda, portanto, do atentado do 11 de setembro e mesmo da “descoberta” de armas de destruição em massa que ilegítimamente justificou a invasão ao Iraque em 2003.

¹⁰ Despite these changes, states remain the international system's dominant actors. They are preeminent in their capability to harness power, focus human endeavors, and provide security. Most states today — led by the United States, its allies, and partners — support the established institutions and processes dedicated to preventing conflict, respecting sovereignty, and furthering human rights. Some states, however, are attempting to revise key aspects of the international order and are acting in a manner that threatens our national security interests.

While Russia has contributed in select security areas, such as counternarcotics and counterterrorism, it also has repeatedly demonstrated that it does not respect the sovereignty of its neighbors and it is willing to use force to achieve its goals. Russia's military actions are undermining regional security directly and through proxy forces. These actions violate numerous agreements that Russia has signed in which it committed to act in accordance with international norms, including the UN Charter, Helsinki Accords, Russia-NATO Founding Act, Budapest Memorandum, and the Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty.

Iran also poses strategic challenges to the international community. It is pursuing nuclear and missile delivery technologies despite repeated United Nations Security Council resolutions demanding that it cease such efforts. It is a state-sponsor of terrorism that has undermined stability in many nations, including Israel, Lebanon, Iraq, Syria, and Yemen. Iran's actions have destabilized the region and brought misery to countless people while denying the Iranian people the prospect of a prosperous future.

North Korea's pursuit of nuclear weapons and ballistic missile technologies also contradicts repeated demands by the international community to cease such efforts. These capabilities directly threaten its neighbors, especially the Republic of Korea and Japan. In time, they will threaten the U.S. homeland as well. North Korea also has conducted cyber attacks, including causing major damage to a U.S. corporation.

We support China's rise and encourage it to become a partner for greater international security. However, China's actions are adding tension to the Asia-Pacific region. For example, its claims to nearly the entire South China Sea are inconsistent with international law. The international community continues to call on China to settle such issues cooperatively and without coercion. China has responded with aggressive land reclamation efforts that will allow it to position military forces astride vital international sea lanes.

None of these nations are believed to be seeking direct military conflict with the United States or our allies. Nonetheless, they each pose serious security concerns which the international community is working to collectively address by way of common policies, shared messages, and coordinated action.” In: *The National Military Strategy of The United States of America*, 2015. A esse respeito, ver também Engdahl, F. William. **Full Spectrum Dominance**. Totalitarian Democracy in a New World Order. Lexington: Edition.Engdahl Wiesbaden, 2009.

chamando a atenção: 1) no Oriente Médio, sobretudo em relação ao projeto de mudança de governo na Síria por motivos econômicos ligados à implantação de um gasoduto e um oleoduto de interesse qatari e saudita; 2) a montagem de um cerco econômico, político e militar na Europa oriental, notadamente entre o Mar Báltico e o Mar Negro, através da implantação de sistemas defensivos nucleares em países da franja leste da OTAN; e, 3) no escalonamento da confrontação diplomática e militar na Ásia, tanto em relação ao problema da soberania no Mar da China Meridional quanto à crescente agressividade na península coreana. A não ser que nos disponhamos a debater essas questões, não conseguiremos avançar pensando sobre o futuro. Simplesmente porque é cada vez mais iminente o fato de que poderemos vir, em breve, a não ter futuro nenhum.

Voltemos, entretanto, às palavras de Mia Couto. Apesar de ter-se equivocado ao mobilizar o realmente problemático estereótipo da simpatia brasileira, sua fala deixa no ar a fecunda questão política sobre o conceito de fronteira a partir de sua etimologia, justamente retomada pelo Prof. Marcos Costa Lima, como “front”, que apresenta nitidamente uma acepção militar. A partir dessa sugestão, devemos nos perguntar: diante de fronts que começam a surgir, e rapidamente, será que a nossa grande batalha (não para reproduzir uma natureza simpática, mas para reforçar uma escolha histórica), não é justamente a de levantar esse debate em prol da bandeira da paz?

Talvez a nossa urgente fronteira de futuro seja justamente a construção de uma ordem multipolar, em que os vários atores globais sejam tratados isonomicamente, de forma a criar condições mais estáveis para o diálogo. Tal fórum permitiria a compreensão mútua necessária para enfrentarmos conjuntamente os desafios postos pelas mudanças climáticas no século 21 e, sobretudo, para a manutenção duradoura da paz mundial!